



LEI N.º 1049, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003.

Projeto de Lei Legislativo nº 18, de 17 de novembro de 2003

**“CRIA E REGULAMENTA O MUSEU MUNICIPAL E
DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Museu Municipal de Nova Xavantina que terá a seguinte denominação:

“Museu Histórico -Cultural Brasil Central”

Art. 2º - O Museu Histórico-Cultural Brasil Central, tem por objetivo, preservar e proteger o Patrimônio Histórico, Cultural, Artístico, Ético, Científico e Político, como também todas e quaisquer manifestação correlatas a tal, inerentes ao Município de Nova Xavantina, como também todo e qualquer bem de origem externa, ligados a sua essência, que venha a lhe pertencer, sejam oriundos dos Estados de Mato Grosso, do Brasil ou Exterior.

Art. 3º - De acordo com o que foi exposto no artigo anterior, a organização do Museu Municipal tem a seguinte finalidade:

I – Buscar através de doação ou não, objetos e documentos que constituem dados e valores expressivos da formação histórica, cultural, artístico, ética, científica e política do Município, da região, do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

II-Organizar através de pesquisas, coletas e organização, seção destinada a historia natural, priorizando e destacando especialmente os aspectos naturais característicos do Município, Região e do Estado.

III-Ordenar e expor objetos e documentos de valores inerentes ao objetivo do Museu Municipal, relacionados ou não ao Município de Nova Xavantina.

IV- Promover, apoiar e incentivar a realização de conferencias, encontros, cursos, oficinas, pesquisas e exposições de caráter cultural, históricos, artísticos, etc.

Registro 257
Livro 010
Folha 176 v.
Data 08.12.2003



V- Colaborar nas divulgações e comemorações de fatos, datas e eventos, ligados a historia e cultura do Município, as suas figuras proeminentes, seus acontecimentos históricos, científicos, culturais e artísticos.

Art. 4º - O Museu Municipal, terá seu funcionamentos e gerenciamento condicionado as normas do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, bem como da Secretaria de Educação e de Cultura, devendo o Prefeito Municipal, obrigatoriamente num prazo Maximo de (90) noventa dias, a contar da publicação desta Lei, estabelecer o mesmo.

Art. 5º - O Poder Executivo. Considerando as necessidades do Museu Municipal e o interesse publico, poderá autorizar a cobrança de ingresso aos visitantes do mesmo.

Parágrafo Único: - O valor do ingresso será determinado através de ato próprio do Poder Executivo, não podendo porém, ultrapassar o teto Maximo de 1% (um por cento) do Piso salarial do Município.

Art. 6º - Os estudantes do ensino fundamental e crianças menores de 10 (dez) anos, que visitarem o Museu, terão ingresso livre desde que provarem as condições aludidas ao referido artigo.

Art. 7º - As instituições publicas tais como: colégios, universidades, creches, clubes e serviços, asilos, associações e outros análogos que visitarem o Museu, serão liberados do pagamento do ingresso, desde que esta gratuidade, seja solicitada por escrito e deferido pelo diretor do Museu.

Art. 8º - Toda importância recebida pelo Museu, seja proveniente de venda de ingresso, doações, subvenções ou quaisquer outras fontes, serão destinadas ao seu desenvolvimento e manutenção, ficando vedada a sua aplicação em outras finalidades, salvo o pagamento de pessoa civil lotado no Museu.

Art. 9º - Todo e qualquer financeiro arrecadado referidos no artigo anterior, deverão obrigatoriamente ser recolhido diariamente, mediante prestação de contas e tesouraria da Prefeitura Municipal.

Art. 10 – O quadro administrativo do Museu Municipal, será composto em caráter provisório da seguinte forma:

I – Cargos de confiança em Comissão:

A) – Um diretor nível de Secretario Municipal;



B) – Um coordenador cultural.

II-Cargos efetivos de Carreira;

- a)-Um agente administrativo;
- b)-Um auxiliar de serviços gerais;
- c)- Um guarda.

§ 1º - Os cargos citados no inciso I, serão ocupados preferencialmente por servidor de carreira, desde que tenham afinidade pata tal.

§ 2º - Os cargos efetivos citados no inciso II, A,B e C , serão ocupados preferencialmente por servidores de carreira, que poderão ser cedidos pela Prefeitura Municipal, ficando o ressarcimento salarial por conta do órgão cedente.

Art. 11 – Tão logo haja necessidade o Poder Executivo ampliará e normalizará o quadro de servidores do Museu Municipal, o que só poderá ser feito através de concurso publico observando-se todos os dispositivos legais.

Art. 12 – O conselho fiscal será composto d4e 5 (cinco) membros, cujo o objetivo é fiscalizar e acompanhar “In loco” a entrada, saída e aplicação de todos e quaisquer recursos financeiro destinado ao Museu, bem como aquisição, empréstimo, aluguel, permuta, doação, exposição e venda.

Parágrafo Único: - Os conselheiros Fiscais, serão eleitos por servidores públicos municipais.

Art. 13 – Serão eleitos para o conselho fiscal, servidores pertencentes ao quadro do Museu, podendo ser eleito também todo e qualquer cidadão Novaxavantinense que se proponha para tal desde que o mesmo esteja ligado a área de historia, arte ou cultura, e nada receberão pelo cargo.

Art. 15 – As obrigações e responsabilidades dos servidores citados no artigo 8º serão determinadas pelo diretor do Museu.

Art. 16 – Tão logo esta Lei seja publicada, todo e qualquer acervo que por ventura existir e estiver destinado ao Museu Municipal, deverá imediatamente e obrigatoriamente ser devidamente inventariado e catalogado, passando a guarda da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 17 – Até que o Município construa ou adquira prédio próprio para instalar o Museu Municipal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alugar um prédio onde o Museu possa funcionar e seu acervo ficar devidamente protegido.



Art. 18 – As despesas, encargos e aplicações financeiras, relativas ao Museu Municipal, são de responsabilidade da Prefeitura Municipal e deverão contar do Orçamento Municipal.

Art. 19 – Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, em especial a Lei Municipal nº 337 de 16 de Janeiro de 1989.

Palácio dos Pioneiros
Gabinete do Prefeito Municipal
Nova Xavantina – MT, 08 de dezembro de 2003.


ROBISON APARECIDO PAZETTO
Prefeito Municipal